

Portugal Digital – 17/10/2007

(<http://www.portugaldigital.com.br/sis/noticia.kmf?noticia=6584472&canal=159&total=21325&indice=0>)

“Estamos a criar uma carteira grande de projetos”, diz presidente da Energias do Brasil

"O problema é que continuam a existir muitas dificuldades em obter licenças ambientais. E essas dificuldades existem inclusive para os projetos estatais, como se tem visto"

Alfredo Prado

Brasília - Empresa de destaque no setor energético brasileiro, a Energias do Brasil continua a investir no país e está pronta para novos investimentos logo que surjam oportunidades. Na terça-feira (16), a holding brasileira da portuguesa EDP-Energias de Portugal comemorou a venda de 615 MW, que serão produzidos pela termoelétrica de Pecém, que vai construir no Ceará.

Em entrevista ao Portugal Digital, o presidente da Energias do Brasil, Martins da Costa, destaca o bom resultado do leilão e fala dos projetos que o grupo está a desenvolver.

O potencial do Brasil é grande, mas os problemas e as dificuldades para novos investimentos no setor elétrico persistem, diz o presidente da empresa, que divide as funções no Brasil com o comando da norte-americana Horizon Wind Energy, que inaugurou recentemente o parque eólico "Prairie Star", no estado de Minnesota. A aquisição da Horizon Wind Energy custou à EDP US\$ 2,7 bilhões

No leilão promovido pela Aneel, a Energias do Brasil vendeu um total de 615 MW. O preço alcançado no leilão foi de R\$ 125,95/MWh, para contratos com duração de 15 anos.

"A UTE Pecém, termoelétrica a carvão mineral importado, é resultado de um longo período de análises conjuntas realizadas com a MPX e se aproveita de um momento particularmente favorável para térmicas a carvão devido, de um lado, à inexistência de novos projetos hídricos e, de outro, à limitação da oferta de gás natural", informou a empresa em comunicado. A Energias do Brasil é parceira da MPX Mineração nesse projeto, com uma participação de 50%, que representa investimento de 1,3 bilhão.

Como avalia os resultados do leilão?

Na realidade foi uma mensagem muito positiva dada aos nossos acionistas. Fomos ao leilão numa situação conjuntural em que há escassez de energia hídrica, criando-se assim a oportunidade de colocar térmicas a carvão no mercado. A termoelétrica de Pecém, no Ceará, representa um investimento de 2,6 bilhões de reais, em que nós assumimos 50%, isto é, 1,3 bilhões de reais. É um investimento com criação de valor para os nossos acionistas. É de destacar que estamos a investir numa região do país, no Ceará, em que é difícil ter usinas hidroelétricas.

Na segunda-feira (15), a Energias anunciou ter desistido da termoelétrica no Maranhão, que iria construir em parceria com a brasileira MPX. O que levou a empresa a tomar essa decisão, em vésperas do leilão?

As decisões de investimento têm de ser tomadas com noção de risco e prudência. Inicialmente, pensamos participar no leilão de energia nova com as duas termoelétricas, a do Maranhão e a do Ceará. Mas acabamos por desistir da termoelétrica do Maranhão. Avaliamos que seria um risco além dos nossos parâmetros. A licença para construir a usina termoelétrica do Maranhão é provisória. Contrariamente ao que pensam os nossos parceiros da MPX, que têm outra percepção do risco, concluímos que seria um risco demasiado pesado para os nossos acionistas. Por isso, decidimos vender a nossa participação de 50% na sociedade criada com a MPX para o projeto do Maranhão. Já no Ceará a licença é definitiva.

Continua a avaliar positivamente os investimentos no Brasil?

Sem dúvida. O setor elétrico brasileiro continua a ter grande potencial de crescimento. Temos neste momento projetos em carteira para sete usinas hidrelétricas, que somam 540 MW, e 19

PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas) com capacidade de geração de 530 MW. Estamos a criar uma carteira grande para o futuro.

E para o presente?

O problema é que continuam a existir muitas dificuldades em obter licenças ambientais. E essas dificuldades existem inclusive para os projetos estatais, com se tem visto.

O **Instituto Acende Brasil** tem alertado para os custos do programa “Luz para Todos”, lançado pelo governo no âmbito da lei da universalização do acesso à luz elétrica. As distribuidoras da Energias do Brasil têm sentido esses problemas?

Sim, especialmente a Enersul, a nossa distribuidora no Mato Grosso do Sul. O problema é que o programa Luz para Todos, com subsídios estatais, tem um limite temporal até 2008. As nossas distribuidoras têm cumprido o programa, levando energia às comunidades cadastradas, nas regiões onde operamos. O problema é o que fazer depois do fim do programa lançado pelo governo e com o fim dos subsídios. Fazer ligações a casas isoladas, e são muitas, em regiões de difícil acesso, pode chegar a cerca de 15 mil reais cada. Um custo muito elevado que acabaria por repercutir em todos os consumidores. A solução pode passar pela continuação de uma política de subsídios ou procurar uma solução técnica, como a instalação de pequenos geradores.

A holding brasileira

A Energias do Brasil é holding que consolida ativos de energia elétrica nas áreas de geração (Energest, Enerpeixe, EDP Lajeado), comercialização (Enertrade) e distribuição (Bandeirante, Escelsa e Enersul) e é controlada pela Energias de Portugal.

Suas distribuidoras, Bandeirante, Escelsa e Enersul, atendem mais de 3,1 milhões de clientes, localizados em 171 municípios, com uma população total de aproximadamente 10 milhões de habitantes.

O grupo, controlado pela EDP-Energias de Portugal, participa de empreendimentos de geração que lhe conferem uma capacidade instalada atual de 1.043 MW, graças principalmente à conclusão da construção da Usina Hidrelétrica Peixe Angical no ano de 2006, junto com a quarta máquina de Mascarenhas e a pequena central hidrelétrica São João. Através da Enertrade, comercializou um total de 6.702 GWh no último exercício de 2006, o que a posiciona entre as maiores comercializadoras de energia elétrica do Brasil.